



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004219-63.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Glauco de Souza Possar**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Fundamento e decido.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão.

A pretensão inicial merece acolhida.

A Resolução 182/2005, do CONTRAN, que dispõe sobre uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação da Carteira Nacional de Habilitação, prevê expressamente, no artigo 22, o lapso prescricional quinquenário para o exercício da pretensão punitiva:

“Art. 22. A pretensão punitiva das penalidades de suspensão do direito de dirigir e cassação de CNH prescreverá em cinco anos, contados a partir da data do cometimento da infração que ensejar a instauração do processo administrativo.

Parágrafo único. O prazo prescricional será interrompido com a notificação estabelecida na forma do artigo 10 desta Resolução”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pois bem.

No caso dos autos, constata-se a ausência de prova da notificação regular acerca da instauração do Processo Administrativo nº 0001893-4/2012 e o requerido, na contestação apresentada, nada mencionou a respeito. Sob este aspecto, sendo a prova de tal afirmação negativa, de impossível produção pelo autor, cabia ao requerido comprovar a regularidade da notificação, mormente porque, se existente, eventual demonstrativo estaria em poder do órgão de trânsito.

Desse modo, cabia ao requerido demonstrar que de fato houve a notificação, contudo, no caso concreto, quedou-se inerte.

Assim, de rigor o reconhecimento da prescrição, uma vez que o lapso temporal entre o início da instauração do PA nº 0001893-4/2012 e o bloqueio indevido do prontuário do autor superou o prazo do artigo 22, parágrafo único da Resolução CONTRAN nº 182/2005.

Neste sentido:

"Direito Administrativo. Processo de cassação da habilitação levado a efeito por autoridade estadual de trânsito. Bloqueio de prontuário. Prescrição da pretensão punitiva. Resolução Contran nº 182/2005. Transcurso do lapso temporal. Ausência de comprovação de marco interruptivo. Sentença mantida. Recursos improvidos". (TJ/SP. Apelação nº 4031635-26.2013.8.26.0114. Relator Luis Fernando Camargo de Barros Vidal. 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo. Dj 28/09/2015).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido inicial, para declarar extinta, pela prescrição, a penalidade aplicada à requerente, no Processo Administrativo nº 0001893-4/2012.

Ante os elementos que evidenciam a probabilidade do direito da requerente, bem como o perigo de dano, antecipo os efeitos da tutela e determino que o requerido promova o cancelamento da suspensão do direito de dirigir e de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

suas consequências, no prazo de cinco dias, sob pena de incidência de multa diária.

Custas e honorários indevidos na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

P. I.

São Carlos, 02 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**